



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº 222, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

Reedita, com alterações, a Resolução Consuni/Unilab nº 23, de 30 de setembro de 2014, que dispõe sobre as normas de Progressão e Promoção da Carreira do Magistério Superior da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso das atribuições legais, em sua 20ª sessão ordinária, realizada no dia 13 de fevereiro de 2023, considerando o processo nº 23804.001376/2021-14,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as normas de Progressão e Promoção da Carreira do Magistério Superior na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e estabelecer critérios e procedimentos para avaliação de desempenho.

Art. 2º Fica revogada a Resolução Consuni/Unilab nº 23, de 30 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2023.

CLÁUDIA RAMOS CARIOCA

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, substituta



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA RAMOS CARIOCA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, SUBSTITUTO(A)**, em 15/02/2023, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0629241** e o código CRC **71360D11**.

ANEXO À RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº222, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

REGULAMENTO DE NORMAS DE PROGRESSÃO E PROMOÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA UNILAB E ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHOCAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a progressão funcional e a promoção dos docentes integrantes da Carreira de Magistério Superior no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho.

Art. 2º A Carreira do Magistério Superior da Unilab é formada pelas seguintes classes, de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

I - classe A, com as seguintes denominações:

a) professor Adjunto A, portador do título de doutor;

b) professor Assistente A, portador do título de mestre;

c) professor Auxiliar, se graduado ou portador do título de especialista.

II - classe B, com denominação de Professor Assistente;

III - classe C, com denominação de Professor Adjunto;

IV - classe D, com denominação de Professor Associado;

V - classe E, com denominação de Professor Titular.

Art. 3º O ingresso na Carreira de Magistério Superior na Unilab ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Art. 4º São atividades das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal aquelas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica.

Art. 5º O desenvolvimento na Carreira do Magistério Superior dar-se-á mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Entende-se por progressão a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro da mesma classe, e, promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Art. 6º A progressão de um nível para outro, dentro da mesma classe, far-se-á exclusivamente mediante o cumprimento cumulativo dos seguintes critérios:

I - do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível;

II - aprovação em avaliação de desempenho didático pelos discentes (Anexo III);

III - de avaliação de atividades de produtividade (Anexo I).

Parágrafo único. A avaliação de desempenho para fins de progressão deverá contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, avaliando-se, também, assiduidade, responsabilidade e qualidade do trabalho.

Art. 7º A promoção de uma classe para outra imediatamente superior ocorrerá mediante o cumprimento do interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, observadas as seguintes condições:

I - para a Classe B, com denominação de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D, com denominação de Professor Associado: possuir o título de doutor e ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular: possuir o título de doutor; ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

§ 1º Para a promoção funcional para a classe D, o docente docente deverá obrigatoriamente comprovar a realização das seguintes atividades, exceto no caso dos ocupantes de cargo de direção e assessoramento, que nessa condição estejam dispensados da atividade constante do inciso I, deste parágrafo:

I - de ensino na educação superior, conforme art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assim compreendidas aquelas formalmente incluídas nos planos de integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da IFE;

II - produção intelectual, abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos, avaliadas de acordo com a sistemática da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para as diferentes áreas do conhecimento.

§ 2º Para a promoção funcional para a Classe E, o docente deverá obrigatoriamente comprovar, por meio de memorial de carreira, a realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO

Art. 8º Para fins de apreciação dos processos de progressão funcional e promoção de docentes das Classes A, B, C, D e E denominadas respectivamente de professores Auxiliar, Assistente A, Adjunto A, Assistente, Adjunto, Associado e Titular será instituída, pela Direção da Unidade Acadêmica em que está lotado o docente interessado, e por meio de portaria, uma Comissão de Avaliação Docente (CAD) de desempenho acadêmico.

§ 1º A CAD será composta obrigatoriamente da seguinte forma:

I - por 3 (três) docentes de, no mínimo, nível superior ao do avaliado, lotados preferencialmente na unidade do servidor a ser avaliado, quando se tratar de progressão;

II - por 3 (três) docentes de classe superior à do avaliado, lotados preferencialmente na unidade do servidor a ser avaliado, quando se tratar de promoção.

§ 2º No caso de não haver docente com classe superior à classe do avaliado no âmbito da respectiva unidade de lotação, o diretor solicitará, mediante ofício no mesmo processo SEI, a indicação de docentes com classe superior e atuação em área de conhecimento afim à área de atuação do avaliado, a outra unidade acadêmica no âmbito da Unilab para fins de composição da CAD.

§ 3º Compete à CAD analisar o desempenho do docente nas hipóteses elencadas no *caput* deste artigo, considerando os elementos constantes do art. 7º desta Resolução.

§ 4º Estão impedidos de participar da CAD:

I - cônjuge do docente a ser avaliado, mesmo separado judicialmente, divorciado ou companheiro;

II - ascendente ou descendente do docente a ser avaliado, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;

III - sócio do docente a ser avaliado em atividade profissional;

IV - docente que esteja litigando judicial ou administrativamente com docente a ser avaliado ou respectivo cônjuge ou companheiro;

V - docente que seja amigo íntimo ou inimigo notório do docente a ser avaliado ou de seu cônjuge, companheiro ou parentes até o terceiro grau;

VI - docente em gozo de férias, ou afastado de suas atividades em virtude de participação em ação de desenvolvimento, conforme previsto nos arts. 95 e 96-A da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - docente afastado por motivo de saúde, ou qualquer outro que caracterize o afastamento das atividades laborais do mesmo.

§ 5º Em nenhuma hipótese a portaria da CAD deverá ser expedida de forma posterior à data de avaliação, sob sujeição de prejuízo ao processo de avaliação.

§ 6º Caberá à Comissão de Avaliação Docente, após análise do desempenho docente, emitir parecer conclusivo pela aprovação ou reprovação;

§ 7º A CAD poderá solicitar informações adicionais ao avaliado, a qualquer momento, a fim de esclarecer eventuais dúvidas no processo de avaliação.

§ 8º A portaria de nomeação da CAD deverá ser disponibilizada no site da Unilab.

§ 9º A Comissão de Avaliação para a Promoção para a Classe E, Professor Titular, será intitulada Comissão de Avaliação Especial (CAE), sendo constituída de acordo com o disposto em Resolução específica.

Art. 9º No caso de a avaliação ocorrer posteriormente ao cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses, os efeitos legais e financeiros do pleito demandado considerarão a data de aprovação da avaliação de desempenho pela CAD, tomando como referência a data de assinatura do último membro no Parecer Final da CAD (Anexo II).

Art. 10. A avaliação para fins de progressão e promoção na Classe A, com as denominações de Professor Adjunto A, Professor Assistente A, e Professor Auxiliar, Classe B, com denominação de Professor Assistente, Classe C, com denominação de Professor Adjunto, e Classe D, com denominação de Professor Associado, levará em consideração, entre outros, os seguintes elementos:

I - desempenho didático, avaliado com a participação do corpo discente;

II - orientação de discentes de mestrado e doutorado, de monitores, estagiários, bolsistas institucionais e/ou voluntários, bem como de discentes em trabalhos de conclusão de curso;

III - participação em bancas examinadoras de monografia (ou equivalentes), dissertações, teses e de concurso público;

IV - cursos ou estágios de aperfeiçoamento, especialização e atualização, bem como obtenção de créditos e títulos de pós-graduação stricto sensu, exceto quando contabilizados para fins de promoção acelerada;

V - produção científica, de inovação, técnica ou artística;

VI - atividade de extensão à comunidade, de cursos e de serviços;

VII - exercício de funções de gestão superior (reitor, vice-reitor e pró-reitores), direção, coordenação, assessoramento, chefia, procuradoria educacional institucional (PEI) e assistência na própria IFES ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura e de Ciência, Tecnologia e Inovação, ou outro relacionado à área de atuação do docente;

VIII - representação, compreendendo a participação em órgãos colegiados na IFES ou em órgão dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Inovação, ou outro relacionado à área de atuação do docente, na condição de indicados ou eleitos;

IX - demais atividades de gestão no âmbito da IFES, podendo ser considerada a representação sindical, desde que o servidor não esteja licenciado nos termos do art. 92 da Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990.

Art. 11. A avaliação de desempenho didático pelos discentes deverá ser realizada mediante a avaliação das disciplinas ministradas pelo docente nos cursos de graduação durante o interstício do processo de progressão e promoção, devendo ocorrer, nestes casos, da seguinte forma:

I - observando os quesitos do Anexo III desta Resolução;

II - por disciplina, ao final de cada período letivo;

III - as avaliações serão realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), e disponibilizadas para armazenamento e acesso às Direções de Unidade Acadêmica;

IV - as Direções de Unidade Acadêmica deverão produzir o relatório das avaliações, sem identificação dos respondentes, disponibilizando-o para a CAD para compor os autos do processo de progressão e promoção;

V - o relatório das avaliações a que se refere o inciso anterior deverá conter:

a) as médias obtidas em cada período letivo durante o interstício;

b) a média aritmética das médias de que trata o item a.

§ 1º A Comissão Própria de Avaliação deverá:

I - conduzir os processos de avaliação internos da instituição;

II - incorporar os quesitos avaliativos estabelecidos no Anexo III desta Resolução para avaliar o desempenho didático dos docentes pelos discentes;

III - acompanhar, em diálogo e com o apoio da CPPD, as demandas e ações implementadas para a garantia da realização das avaliações.

§ 2º A Direção de Tecnologia da Informação deverá garantir o desenvolvimento, suporte e manutenção dos módulos e sistemas de avaliação institucional, das disciplinas, professores e cursos feita pelos alunos ao final de cada semestre e ao final do curso, além do armazenamento e conservação dos seus respectivos bancos de dados.

§ 3º A Pró-Reitoria de Planejamento deverá:

I - promover o processamento e a análise dos dados referentes à avaliação institucional e de cursos;

II - sistematizar e disponibilizar para as Direções de Unidade Acadêmica os dados referentes à avaliação de desempenho didático do docente pelos discentes constante na avaliação de cursos.

§ 4º O docente que desejar poderá requerer à Direção da Unidade Acadêmica os relatórios detalhados das avaliações referentes ao seu desempenho individual, desde que seja omitida qualquer informação que possa remeter à identificação dos respondentes.

§ 5º As avaliações e os métodos descritos neste artigo têm o objetivo de promover e amparar o constante processo de aprimoramento, seja em seus aspectos pessoal, profissional e institucional, especialmente no que tange ao ensino, pesquisa e extensão.

§ 6º É vedado à Direção de Unidade Acadêmica ou qualquer outra unidade que venha a acessar as informações a que se refere o *caput* deste artigo o seu compartilhamento.

Art. 12. A solicitação de progressão de nível dentro da mesma classe ou de promoção para uma classe superior deverá ser encaminhada pelo interessado, ao diretor do respectivo instituto, com antecedência de 60 (sessenta) dias antes do vencimento do interstício, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento da Progressão/Promoção funcional (Anexo I);

II - termo de posse ou portaria da última progressão/promoção funcional;

III - relatório de atividades de produtividade comprovado (Anexo I);

Parágrafo único. O processo deverá ser instruído de forma organizada, seguindo os protocolos a serem estabelecidos em instrução normativa.

Art. 13. Caberá ao Diretor da Unidade Acadêmica de lotação do docente proceder com a compilação das avaliações de desempenho didático pelos discentes e instituir a CAD por meio de expedição de portaria, conforme o previsto nesta resolução e observando o disposto no art. 11 desta norma.

Parágrafo único. Ao concluir a análise da avaliação de desempenho, a CAD deverá encaminhar o processo para a Direção da Unidade Acadêmica, conforme os termos previstos nesta norma;

Art. 14. A Direção de Unidade Acadêmica encaminhará o processo à Comissão Permanente de Pessoal Docente, que, após apreciar sua regularidade, homologará e encaminhará o processo à Superintendência de Gestão de Pessoas para adoção dos procedimentos administrativos.

Art. 15. Os processos que não apresentem a documentação exigida nesta Resolução, ou que estejam com rasuras, ilegíveis ou com qualquer condição documental que impossibilite a análise ou averiguação da veracidade das informações, serão restituídos ao instituto para adequação em conformidade com esta Resolução.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO

Art. 16. A progressão entre os níveis de cada classe far-se-á, cumulativamente, pelo cumprimento do interstício mínimo de 24 (vinte e quatro meses) em cada nível, pela avaliação de produtividade e pela avaliação didática pelos discentes, com base nos seguintes critérios:

I - será exigida a obtenção de, no mínimo, 100 (cem) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I), e o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III) para a progressão entre os níveis da Classe A com denominação de Professor Auxiliar, Professor Assistente A e Professor Adjunto A;

II - será exigida a obtenção de, no mínimo, 100 (cem) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I), e o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III) para a progressão entre os níveis da Classe B com denominação de Professor Assistente;

III - será exigida a obtenção de, no mínimo, 100 (cem) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I), e o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III) para a progressão entre os níveis da Classe C com denominação de Professor Adjunto;

IV - será exigida a obtenção de, no mínimo, 100 (cem) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I), e o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III) para a progressão entre os níveis da Classe D com denominação de Professor Associado.

§ 1º Serão consideradas apenas as atividades e as avaliações de desempenho didático pelos discentes realizadas durante o período de interstício e apresentadas conforme o Anexo III desta Resolução.

§ 2º A contagem dos termos de início e fim do período considerado para avaliação de desempenho considerará, além do interstício de 24 (vinte e quatro) meses previsto neste artigo, o seguinte:

I - para início de contagem de interstício de servidores ingressantes posicionados da Classe A, Nível I: será considerada a data de exercício na Unilab;

II - para início de contagem de interstício de servidores posicionados da Classe A, Nível I, redistribuídos antes da primeira progressão: será considerada a data de exercício no órgão de origem, podendo ser considerada a documentação exigida no art. 10. desta Resolução produzida na IFES de vínculo anterior;

III - para início de contagem de interstício nas demais situações: a data de efeitos legais constante da última portaria de progressão, promoção funcional, ou aceleração da promoção do docente;

IV - para encerramento da contagem: a data imediatamente anterior à integralização do interstício ou a data imediatamente anterior à de aprovação da avaliação de desempenho pela CAD nos termos do art. 9º desta norma.

§ 3º Para os docentes em regime de trabalho parcial (20 horas) será exigida a obtenção de 50 (cinquenta) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I desta Resolução), e o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III), conforme disposto nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

§ 4º Para os docentes em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais será exigida a obtenção de 70 (setenta) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I desta Resolução), e o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III), conforme disposto nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

§ 5º O docente que não alcançar a pontuação mínima poderá recorrer à CAD e, em segunda instância, à Direção de Unidade Acadêmica, ouvidos a CPPD e o respectivo conselho de unidade.

§ 6º Mantendo-se o indeferimento do pleito, o recurso será encaminhado à Reitoria para apreciação.

§ 7º O docente que não alcançar a pontuação mínima para a progressão de nível ou promoção funcional, recorridas a todas as instâncias, poderá solicitar nova avaliação em um prazo mínimo de 1 (um) mês.

Art. 17. Exigir-se-á, para fins de concessão de promoção do docente avaliado, o cumprimento simultâneo dos seguintes critérios:

I - obtenção de um mínimo de 100 (cem) pontos no Relatório de Produtividade (Anexo I) devidamente comprovado;

II - o preenchimento completo, por parte da CAD, do Relatório de Avaliações de Desempenho Didático pelos Discentes (Anexo III).

Parágrafo único. No caso de promoção para a Classe E, Professor Titular, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no art. 8º, § 9º e nas normas complementares.

Art. 18. Para efeitos de progressão e promoção, a contagem de interstício será interrompida quando o docente se afastar do exercício de seu cargo, em virtude de:

I - faltas não justificadas;

II - licença para tratamento da própria saúde por período superior a 2 (dois) anos, no caso de acidente de trabalho ou doenças especificadas em lei;

III - licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

IV - licença para atividade política;

V - licença para mandato classista;

VI - licença para tratar de interesses particulares;

VII - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

Art. 19. Os docentes afastados de suas funções, nas seguintes condições, terão assegurados seus direitos à progressão e promoção:

I - participar de programa de pós-doutoramento ou licença capacitação;

II - participar de programa de pós-graduação stricto sensu, nomeadamente doutorado;

III - prestar colaboração a outra Instituição Federal de ensino ou de pesquisa, pelo período de até 4 (quatro) anos;

IV - prestar colaboração técnica ao Ministério da Educação, por período não superior a 1 (um) ano, visando ao apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de relevância.

Art. 20. Estão dispensados da avaliação de desempenho didático pelos discentes os docentes que estiverem ocupando os cargos de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de Campus.

Art. 21. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação, farão jus à aceleração da promoção:

I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de mestre;

II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de doutor.

Parágrafo único. A aceleração da promoção será concedida mediante requerimento (Anexo V) e apresentação da titulação correspondente, de acordo com os incisos I e II;

Art. 22. O efeito financeiro da aceleração da promoção ocorrerá a partir da data do requerimento, junto à Superintendência de Gestão de Pessoas, desde que o docente apresente a portaria de concessão do estágio probatório e a titulação exigida no art. 13º da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

§ 1º Caso a solicitação da aceleração da promoção ocorra anteriormente ao término do estágio probatório, a partir desta data é que serão considerados os efeitos da promoção.

§ 2º É vedada a concessão de aceleração da promoção com efeitos anteriores à última progressão funcional.

§ 3º Na ocorrência da situação elencada no parágrafo anterior, será considerada a data imediatamente subsequente para concessão dos referidos efeitos legais da aceleração da promoção.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

Art. 23. Caberá à Comissão Permanente de Pessoal Docente:

I - apreciar e pronunciar-se sobre os processos de progressão, promoção e aceleração da promoção;

II - solicitar informações às unidades envolvidas nos processos de progressão, promoção e aceleração da promoção, sempre que houver necessidade;

III - emitir pareceres e homologar a avaliação de desempenho docente;

IV - manifestar-se sobre recursos administrativos;

V - assessorar docentes, dirigentes, reitoria e conselhos superiores acerca do acompanhamento dos procedimentos decorrentes desta norma.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL E DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 24. Caberá à Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP):

I - proceder com a análise e emitir parecer acerca da instrução processual, observando a legislação pertinente;

II - promover diligências aos agentes envolvidos, conforme necessidade;

III - emitir portaria mediante delegação da autoridade competente e encaminhar para publicação em boletim interno;

IV - expedir atos normativos complementares a esta Resolução, de caráter administrativo, ouvida a CPPD.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O efeito financeiro da progressão e da promoção ocorrerá a partir da data em que o docente cumprir o interstício e obtiver análise favorável (parecer conclusivo) da CAD em relação à avaliação de desempenho, conforme art. 12 desta Resolução, desde que o requerente tenha apresentado a documentação exigida nesta Resolução.

Art. 26. A unidade de Tecnologia da Informação providenciará o sistema informatizado de avaliações para fins de avaliação de desempenho didático pelos discentes, e sua respectiva integração quando se fizer necessária, no prazo de até 12 (doze) meses a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. Em casos excepcionais de não funcionamento do sistema, a Direção de Unidade Acadêmica deverá comunicar imediatamente a CPPD e a SGP relatando o ocorrido, as quais caberá orientar sobre as medidas a serem tomadas.

Art. 27. Observado o disposto no art. 12 desta Resolução, os eventuais atrasos na tramitação e/ou erros nos ritos de instrução do processo que possam comprometer o interstício dos docentes com prejuízo aos efeitos legais e financeiros da progressão ou promoção, serão objeto de apuração de responsabilidades.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Unilab.